

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Verba para intervir	2
Título: Mineradora do Pará admite existência de duto irregular	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Ibama investiga origem da contaminação de fábrica de alumina no PA.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Sem vacas sagradas e sem sofismas	5
Título: Eletrobrás aprova leilão de 70 SPEs.....	6
Título: Fórum dos leitores	8

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Carlos Erane de Aguiar****Título: Verba para intervir**

As crises econômica e fiscal foram as principais responsáveis pela deterioração do quadro de segurança pública no Brasil e, em especial, no Estado do Rio de Janeiro, afirmou o economista e professor da PUC-RJ Sérgio Besserman Vianna, após analisar relatórios fiscais de todos os estados entre 2016 e 2017. Ele constatou que o déficit primário agregado simplesmente quintuplicou neste período. O Rio não é um caso isolado, mas talvez a face mais aguda de um desequilíbrio fiscal que afeta os estados de maneira geral. A crise se fez sentir mais forte no Estado do Rio por conta da queda brutal do preço do barril do petróleo a partir de 2015, da quase falência da Petrobras e sua rede de fornecedores e do crescimento do déficit na Previdência e da folha do estado — em 2014, foram aprovados aumentos médios de 40% para o funcionalismo estadual.

A intervenção se fez necessária a partir do momento em que o próprio governador admite que perdeu as condições de garantir a segurança dos cidadãos. O problema é que o decreto é omissivo sobre de onde virão os recursos para garantir as condições mínimas de trabalho. E não há estratégia que resista à falta de dinheiro. Faltam hoje no Rio policiais militares e civis suficientes para patrulhar as ruas e investigar crimes. A Baixada tornou-se terra de ninguém, com traficantes e milicianos cobrando mesadas de indústrias da região para não assaltá-las. Os policiais são barbaramente mortos na esteira da falta de treinamento e de meios para operar. A frota de carros está sucateada, e não há sequer gasolina.

Sem falar nos demais equipamentos básicos, como coletes à prova de balas, munição, tecnologias não letais (os batalhões têm usado material com validade vencida), drones, veículos blindados, entre outros. De onde virá dinheiro para resolver tantos problemas? Há fontes alternativas de recursos a serem exploradas, como os recém-criados Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública e Fundo Estadual de Segurança Pública, este último financiado por parte das receitas do pré-sal. Mas serão suficientes? Ante a penúria do Rio e dos estados de uma maneira geral, a resposta óbvia é que a conta terá de ser paga pelo governo federal, que, afinal, fica com nada menos do que 68% de tudo que é arrecadado no país.

As experiências do Exército brasileiro em outras operações no Rio e na Missão de Paz no Haiti sem dúvida ajudarão. Um comando único, centralizado, de um general conhecedor profundo da situação fluminense é fundamental. Mas não

há soluções mágicas, rápidas, nem salvadores da pátria. O caminho é complexo e, sem dinheiro, não levará a lugar nenhum. O novo Ministério da Segurança Pública, com a missão de cuidar da segurança como política de Estado, de longo prazo, também precisa nascer forte, com recursos do tamanho que a prioridade do assunto exige, com um ministro de perfil técnico, apartidário e profissional.

Carlos Erane de Aguiar é presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Defesa e Segurança e integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: Mineradora do Pará admite existência de duto irregular

Tubulação foi descoberta durante vistoria, após vazamento de bauxita.

A mineradora Hydro Alunorte admitiu ontem a existência de um duto clandestino que seria responsável pelo vazamento de rejeitos de bauxita em Barcarena, no Nordeste do Pará, ocorrido no dia 17. Também ontem, o Ministério Público do Estado do Pará e o Ministério Público Federal recomendaram o embargo imediato de uma das bacias de rejeitos da mineradora. Em nota, a Hydro Alunorte informou que desconhecia o duto, confirmado após a realização de inspeções. “Durante uma das vistorias, verificou-se a existência de uma tubulação com pequena vazão de água de coloração avermelhada na área da refinaria”, disse o texto.

“Conforme solicitado pelas autoridades, a empresa está fazendo as investigações necessárias para identificar a origem e natureza do material, bem como realizando a imediata vedação desta tubulação”, acrescenta a nota da empresa. Laudo emitido pelo Instituto Evandro Chagas e divulgado na última quinta-feira confirmou a contaminação da área afetada pelo vazamento. O documento diz que a empresa fez a ligação clandestina para eliminar efluentes contaminados. (Do G1)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ciências

Autor: Fabiano Maisonnave

Título: Ibama investiga origem da contaminação de fábrica de alumina no PA

Moradores próximos da fábrica relataram mau cheiro e cor adulterada da água.

Após negar irregularidades em sua operação em Barcarena, a fabricante de alumina norueguesa Hydro Alunorte admitiu nesta sexta-feira (23) a existência de uma tubulação que deságua no rio Murucupi. O Ibama agora suspeita que foi por ali que passaram os rejeitos que contaminaram comunidades vizinhas da fábrica.

No fim de semana, moradores próximos da fábrica relataram mau cheiro e cor adulterada da água, que transbordou por causa das fortes chuvas e atingiu várias casas. Um laudo Instituto Evandro Chagas desta quinta-feira (22) confirmou a contaminação por chumbo e outros metais.

"É possível que tenha havido contaminação de rejeitos que estavam na área industrial e que, após a enchente da semana passada, escoaram por essa tubulação", disse Fernanda Pirillo, coordenadora-geral de Emergências Ambientais do Ibama, em entrevista por telefone à Folha.

Foi a segunda inspeção no local. Na primeira, realizada no domingo (18), dois representantes da Hydro não mencionaram a tubulação, segundo o Ibama. Agora o órgão ambiental avalia se houve má-fé —em caso positivo, a empresa norueguesa pode ser multada por prestar informação falsa

Na nova história, o Ibama descartou vazamento nos depósitos de rejeito, a hipótese inicial dos moradores.

Pirillo afirmou que ainda não é possível saber se a tubulação era clandestina porque o licenciamento ambiental é de responsabilidade do governo do Pará.

Em 2009, o Ibama multou a empresa em R\$ 17,1 milhões por lançamento de rejeitos no mesmo rio. A empresa recorreu, e até hoje nada foi pago.

A Hydro alega que a tubulação estava desativada e nega irregularidades e disse que irá fornecer água potável às comunidades atingidas.

Procurada pela reportagem, a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas) não respondeu se a tubulação encontrada estava prevista no licenciamento.

O Ministério Público Federal do Pará recomendou o embargo imediato do depósito de resíduos sólidos da Hydro Alunorte "tendo em vista a ofensa à legislação ambiental".

A contaminação das águas pode se tornar um duro golpe na imagem da Hydro, que tem 35 mil funcionários em 40 países. Para se diferenciar da concorrência mais barata do alumínio chinês, ela tem buscado construir uma imagem de empresa ecologicamente responsável.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires****Título: Sem vacas sagradas e sem sofismas**

Anos de Lava Jato e de barbearagem na política energética já deveriam ter transformado a ideia de privatização da Eletrobrás num consenso nacional. Até quando os impostos que pagamos serão usados para manter estatal uma empresa que poderia perfeitamente ser privada, sem prejuízo nenhum para a União? Até quando viveremos a fantasia de que podemos bancar o refrão de que a Eletrobrás é “estratégica” e, como tal, tem que ser estatal? Quando, como uma sociedade que supostamente quer progredir, colocaremos as demandas da saúde, da educação e da segurança verdadeiramente à frente dos slogans nacionalistas/ populistas que acariciam nosso amor pelo Brasil apenas para obter vantagens privadas, na forma de cargos, contratos e influência?

O triste fato é que, mesmo com sua eficiente gestão atual, a Eletrobrás estatal jamais conseguirá realizar sua vocação: tornar-se uma das maiores e mais rentáveis empresas de energia do mundo. O Estado não é um bom empresário, e quem luta contra essa realidade hoje, em pleno século 21, vive um apagão intelectual de raiz ideológica, que tem impedido o progresso e a modernidade do País. Dentro desse contexto, é preciso desmistificar os argumentos daqueles que defendem a ideia de que o Projeto de Lei (PL) 9.463/2018 que propõe a privatização da Eletrobrás será prejudicial ao setor elétrico e ao Brasil.

1) A privatização é entregar uma empresa estratégica a capitais privados:

- Pelo PL n.º 9.463/2018, a União terá uma ação de classe especial golden share que, entre outros poderes, protege o modelo de corporação e garante a indicação de um membro do Conselho de Administração, além daqueles associados à participação societária da União, previstos na Lei das S.As.;

- O PL também assegura a limitação de 10% do poder de voto – que, na prática, evita um controle da Eletrobrás por um único acionista.

2. A Eletrobrás será vendida por um valor muito pequeno:

- A expectativa é de que a capitalização alcançará de US\$ 3 bilhões a 4 US\$ bilhões.

- Essa será uma das poucas transações desse porte esperadas em escala mundial para 2018, importante para o equilíbrio fiscal brasileiro, mas o principal efeito não é o de pagar o atual almoço, e sim os futuros.

3. A privatização é uma medida desesperada e súbita:

- A Eletrobrás que conhecemos hoje é resultado de um processo de privatização iniciado na década de 90 e interrompido antes do tempo, por causa do racionamento de 2001 e das eleições de 2002.

- A privatização da empresa representa a retomada de uma agenda de eficiência para o setor elaborada há 20 anos, que leva o País na direção da modernidade, com o Estado passando a usar o Orçamento em educação, saúde e segurança pública e não em empresas estatais.

4. A privatização da Eletrobrás irá aumentar a conta de luz ao entregar a empresa a capitais privados:

- A Eletrobrás privada passará a ser uma empresa eficiente promovendo melhor alocação de risco, queda no custo de transmissão, maior competição nos leilões de expansão da geração e transmissão de energia e, portanto, menores tarifas.

5. A Eletrobrás é uma empresa que pode dar lucro:

- A Eletrobrás é uma empresa que acumula prejuízos nos últimos anos e quebrou com a MP 579/2012 do governo Dilma;

- Hoje o Estado brasileiro, que tem um déficit público de R\$ 159 bilhões e um déficit social incomensurável, teria de colocar algo como R\$ 30 bilhões para a empresa ter uma chance de voltar a dar lucro. Faz sentido?

Enquanto o mundo está em ebulição com a transformação digital e inovações revolucionárias no campo da energia elétrica, aqui ainda existem grupos de privilegiados compostos por sindicalistas, políticos populistas e falsos defensores da privatização que insistem, em pleno século 21, na velha e desgastada tese de que as estatais são estratégicas e que estão sendo vendidas de graça aos privados. E preciso derrubar os sofismas sobre a privatização e mostrar à sociedade que o progresso, a modernidade e o crescimento só virão de maneira sustentada sem as vacas sagradas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Renée Pereira

Título: Eletrobrás aprova leilão de 70 SPEs

Na reunião de ontem, conselho do grupo definiu que venda das participações será feita em 17 lotes, sendo 8 de eólicas e 9 de transmissão.

O Conselho de Administração da Eletrobrás aprovou ontem a venda de 70 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) – empresas nas quais a estatal tem participação. Essas SPEs foram criadas pelas controladas do grupo para construir e administrar projetos de geração e transmissão de energia elétrica. Em entrevista ao ‘Estado’, o presidente da companhia, Wilson Ferreira Jr. afirmou que a decisão representa mais um passo para sanear as contas da Eletrobrás. A venda das SPEs será feita por meio de um leilão com 17 lotes, sendo 8 de participações em parques eólicos e 9 de linhas de transmissão. No total, a disputa vai envolver 976 megawatts (MW) de eólicas e 3.060 quilômetros (km) de transmissão. A expectativa é que o leilão ocorra no dia 7 de junho, afirma Ferreira Jr. A realização da disputa é mais uma vitória do executivo na reestruturação da Eletrobrás, iniciada no segundo semestre de 2016.

As SPEs foram transferidas pelas controladas – Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas – em troca da redução das dívidas com a holding. No total, o grupo tem 178 SPEs, incluindo participações em usinas hidrelétricas, como Belo Monte. Inicialmente, o plano era vender a participação em 77 SPEs, cujo valor contábil era de R\$ 4,6 bilhões. Desse total, no entanto, 74 foram transferidas para a holding. Mas, na reunião de ontem, quatro não tiveram o aval do conselho para serem vendidas. Uma delas é a participação no projeto da linha de transmissão de Belo Monte, construída em parceria com a chinesa State Grid, que detém o controle do empreendimento. Segundo Ferreira Jr., na próxima reunião do Conselho de Administração, prevista para março, serão discutidos o preço mínimo de cada lote e a abertura do data room (sala de informações dos projetos).

A partir daí será possível lançar o edital do leilão. O executivo explicou ainda que, em alguns casos, o sócio controlador tem direito de preferência na compra da participação e isso será respeitado. Ou seja, ele terá um prazo para cobrir a proposta do vencedor do leilão. Hidrelétricas. Em relação às participações das controladas da Eletrobrás em grandes projetos de geração hídrica, Ferreira Jr. disse que nunca foi o objetivo incluir esses empreendimentos junto com a venda das SPEs. Mas ele deixou claro que há interesse em se desfazer de algumas sociedades.

Nesse caso, no entanto, a estratégia é outra. “As empresas de geração têm direito de tag along (mecanismo pelo qual os minoritários são remunerados como os grandes, no caso de venda do controle de uma empresa). Como alguns controladores estão em processo de venda de suas participações, é mais vantajoso esperar. Numa venda separada, o valor da venda poderia ser menor”, diz o executivo, referindo-se à fatia que a empresa detém na Hidrelétrica Santo

Antônio, no Rio Madeira. A Eletrobrás pretende, antes do leilão das SPEs, realizar a privatização das seis distribuidoras do grupo. A venda das empresas foi aprovada em assembleia de acionistas no início do mês. Depois dos dois leilões, o próximo passo será a privatização da holding.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Espaço aberto

Autor:

Título: Fórum dos leitores

Eletrobrás

Quem fala sobre a privatização da Eletrobrás deveria saber que o setor elétrico já tem a maioria de seus ativos sob controle privado. No segmento de geração de energia, por exemplo, cuja capacidade total é de 145 GW, apenas 29% pertencem ao Estado, representado essencialmente pela Eletrobrás e suas subsidiárias Furnas, Chesf, Eletronorte e, ainda, pela metade de Itaipu. No segmento de transmissão, as empresas da Eletrobrás controlam 57 mil km de linhas nas tensões de 750 kV e 230 kV, enquanto 584 mil km foram leiloadas e são controladas por grupos privados. No segmento de distribuição, as principais empresas também foram privatizadas, a Eletropaulo incluída. A privatização do setor começou em 1995. A partir daí – além das oscilações de tensão, que danificam equipamentos elétricos – os consumidores têm sofrido com brutais aumentos na frequência e na duração dos cortes de energia. Quanto às tarifas, só entre 1995 e 2016 subiram mais de 130% acima da inflação. Antes de 1966 as tarifas brasileiras eram das mais baratas do mundo. Hoje estão entre as mais caras. É por isso que indústrias eletrointensivas estão saindo do Brasil e lançando ao desemprego milhares de operários e técnicos qualificados. Diante desses fatos, pode-se dizer que a privatização das empresas de eletricidade está acelerando o processo de desindustrialização do Brasil, que regride à condição de exportador de commodities, como era até meados dos anos 1950.

JOAQUIM DE CARVALHO jfdc35@uol.com.br Rio de Janeiro

MME / ASCOM .